

BAHIA

APORTES PARA UMA ARQUEOLOGIA DAS RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS NO PERÍODO COLONIAL

CARLOS ETCHEVARNE Dep. Antropologia, FFCH, Universidade Federal da Bahia

RESUMO A cidade de Salvador da Bahia, no Nordeste brasileiro, constitui um bom exemplo daquilo que pode ser considerada a efetiva implementação do programa português de colonização no Atlântico sul. Fundada na metade do século XVI, com o objetivo principal de dar apoio à circulação marítima para a Índia e também como ponto de controle das atividades extrativistas, a cidade desenvolve-se na medida em que o território se torna um componente essencial da economia portuguesa, ingressada no capitalismo mercantilista de nível transcontinental. Assim nasce Salvador de Bahia e se transforma na primeira capital colonial da América portuguesa.

De fato, no transcurso do século XVII, a cidade consolida-se na sua posição estratégica e é motivo de um considerável investimento em equipamentos urbanos por parte da coroa, à que se juntam as ordens religiosas, especialmente os jesuítas, e algumas iniciativas privadas. A esse período correspondem as construções monumentais que lhe darão prestígio entre as demais cidades e são definidas as diretrizes de expansão urbanística. Pode-se dizer que esse é o século em que ela adquire definitivamente fisionomia própria e, ao mesmo tempo, cristaliza a rede de relações com o resto do território colonial, assim como com outras partes do mundo europeu e oriental.

Os trabalhos arqueológicos efetuados no centro histórico de Salvador da Bahia, durante a remodelação da Praça da Sé, no local onde se erguia a primeira Sé Primacial do Brasil e no seu entorno, permitiram pôr em evidência alguns aspectos de caráter sócio-histórico que tem a ver com o cotidiano da vida de grupos de pessoas dessa cidade, durante o século XVII. O setor urbano trabalhado está indiscutivelmente associado ao núcleo de instalação do poder colonial, seja ele político como religioso. Além dos alicerces das estruturas arquitetônicas puderam ser descobertos restos de materiais arqueológicos que aludem diretamente a hábitos daquele período na cidade, evidenciando ainda a utilização particular de certos produtos assim como a circulação de mercadorias entre a colônia, a metrópole e outros países.

PALAVRAS-CHAVE Portugal, Brasil, Salvador, Sé, arqueologia urbana, cotidiano, colonização

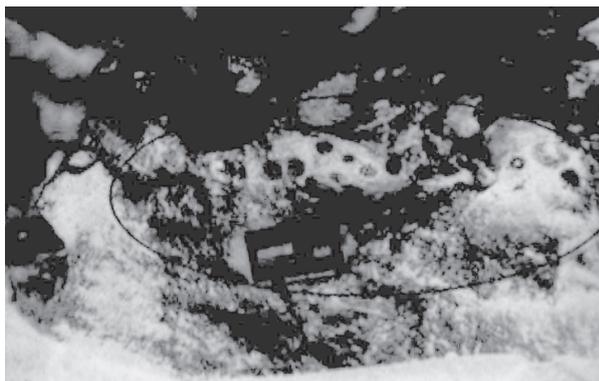
SALVADOR DA BAHIA, CAPITAL COLONIAL

A cidade de Salvador da Bahia, no Nordeste brasileiro, constitui um bom exemplo daquilo que pode ser considerada a efetiva implementação do programa português de colonização no Atlântico sul. Fundada na metade do século XVI, com o objetivo principal de dar apoio à circulação marítima para a Índia e também como ponto de controle das atividades extrativistas, a cidade desenvolve-se na medida em que o território do litoral brasileiro se torna um componente essencial da economia portuguesa. De fato, incorpora-se no eixo do capitalismo mercantilista de nível transcontinental, quando começa, logo depois, a produção açucareira. Assim nasce a cidade de Salvador da Bahia, que se erige como a primeira capital colonial da América portuguesa.

Em 1549, Tomé de Souza, executando uma ordem do rei João III, instala um núcleo urbano que cumpriria entre outras funções apoiar às embarcações que deviam atravessar o Atlântico no grande percurso rumo ao oriente, chamado Carreira das Índias, em um sistema de triangulação que aproveitava as circulações de ventos. Ao mesmo tempo, a cidade atenderia às

necessidades administrativas das primeiras vilas das donatarias (esforço inicial de povoamento) e poderia se controlar melhor as capitâncias hereditárias que quase duas décadas antes começaram a funcionar ao longo do território litorâneo do Brasil (Wheling e Wheling, 2005). Na primeira cidade do Brasil, fundada por ordem régia, instala-se o primeiro Governo Geral da colônia, com o próprio Tomé de Souza exercendo a função de governador.

Ainda que já existisse um nucleamento criado pelo donatário Francisco Pereira Coutinho, que poderia ter sido aproveitado como base, Tomé Souza, acatando as diretrizes expressas da coroa em um regimento bem preciso, decide-se por uma melhor localização para a cidade que iria fundar. Por esta razão, escolhe um ponto alto, em uma área adentrada na baía de Todos os Santos, com uma posição mais confortável do ponto de vista estratégico para a defesa e para o favorecimento das atividades mercantis ligadas ao mar (Carneiro, 1980; Simas, 1998). A localização em acrópole, com amplo horizonte marinho, encostas abruptas, abundantes cursos de água próximos e uma superfície plana suficiente para acolher a população colonial considerável, constituirá um modelo para outras cidades



1. Igreja da Sé de Salvador. Acompanhamento de adorno corporal de colares com contas de vidro.



2. Igreja da Sé de Salvador. Colar de contas de vidro, encontrada como acompanhamento de sepultamento.



3. Igreja da Sé, contas de vidro, cilíndricas, usadas pela população de origem africana.



4. Igreja da Sé. Prato de faiança com motivo brasonado.

que virão a ser fundadas nesse século no Brasil.

No processo de fundação de núcleos urbanos e de ocupação territorial, outros agentes operaram na consolidação do projeto colonial. Paralelamente aos administradores oficiais, a Igreja Católica proporcionou os recursos humanos e os instrumentos adequados para assegurar a sujeição de colonos e indígenas à fé cristã, justificando com isto a fidelidade ao rei e a permanência ou incorporação ao mundo ocidental. Na colônia portuguesa não haveria nenhuma possibilidade de realização de instalações oficiais sem a presença da Igreja Católica, através de seus agentes, quer eclesiásticos de hierarquias administrativas diversas ou, então, por meio das suas ordens monásticas, conventuais, hospitalarias ou colegiadas. Dentre as ordens religiosas, sobressaem os padres da Companhia de Jesus que cumprem um papel relevante na educação dos moradores, na evangelização e na missionização dos indígenas, o que, deve ser ressaltado, permitia a incorporação de novos territórios ao poder régio.

A aliança entre Coroa e Igreja se manifestou, na Bahia e em outros lugares no Brasil colônia, de diferentes maneiras. Porém os sinais mais manifestos foram as construções de igrejas e capelas, assim como as fundações de conventos e mosteiros. Neste sentido, é exemplar o fato desses espaços religiosos serem dentre os primeiros a se erigirem, demonstrando, fortemente, o nexó entre governo e Igreja, assim como o enraizamento das práticas religiosas no cotidiano público ou privado da cidade. Por esta razão, as edificações religiosas acompanham desde o início a construção da cidade e é através delas que também é possível se identificar as transformações produzidas do ponto de vista comportamental da sociedade baiana. Assim, a Igreja da Sé e o Colégio dos Jesuítas são fundados nos primórdios da cidade e, em que pese as modificações arquitetônicas havidas ao longo do tempo, chegaram até o século XX com a mesma localização, no quadro urbanístico soteropolitano¹.

Na segunda metade do século XVI as instituições administrativas da coroa e as da Igreja Católica se afirmam e desenvolvem em proporção direta com a importância que a capital da colônia ia adquirindo. De fato, no transcurso do século XVII, a cidade consolida-se na sua posição estratégica e é motivo de um considerável investimento em equipamentos urbanos por parte da coroa, aos que se juntam as edificações das ordens

1. O nome deriva do termo grego soterios, que significa salvador. Soterópolis, e soteropolitano, começaram a ser usadas como designações para a cidade e seus habitantes, respectivamente, no final do século XVIII, a partir da publicação de uma obra, com caráter epistolar fictício, escrita por Luis dos Santos Vilhenas, professor de língua grega, na cidade. Desse momento até hoje são utilizados amplamente (Vilhena, 1969).

religiosas, especialmente as dos jesuítas, e de algumas iniciativas privadas. A esse período correspondem as primeiras construções monumentais que lhe darão prestígio entre as demais cidades da colônia e são definidas as diretrizes da expansão urbanística. Pode-se dizer, sem sombra de dúvidas, que nesse século Salvador da Bahia adquire, definitivamente, fisionomia própria e, ao mesmo tempo, emerge como ponto estratégico, cristalizando a rede de relações comerciais com o resto do território colonial brasileiro, assim como com outras partes do mundo europeu, africano e oriental. É, conseqüentemente, neste contexto sócio-econômico que devemos buscar a explicação das situações arqueológicas encontradas no subsolo de um espaço urbano, hoje bastante transformado e pouco prestigiado, que constitui a chamada Praça da Sé de Salvador.

IGREJA DA SÉ E O PÁTIO DOS ESTUDOS GERAIS DO COLÉGIO DOS JESUÍTAS. O MUNDO RELIGIOSO COLONIAL E O ESPAÇO DE PODER

A área onde se encontravam os edifícios da Igreja da Sé, sede do arcebispado, e do Colégio dos Jesuítas, quartel geral da ordem no Brasil, constituiu, desde o século XVI, um eixo urbano que se vinculava diretamente com a praça onde se encontrava o braço secular do poder, ou seja, o palácio do governador e a Casa de Câmara e Cadeia. Entre um extremo e outro, localizava-se a Santa Casa da Misericórdia, uma instituição de caridade de enorme peso político, pela extração social dos seus benfeitores, todos eles da classe abastada da cidade. A proximidade de todos esses edifícios e a união direta através de uma rua principal são altamente elucidativas no que se refere à posição política que cada instituição tinha dentro do organograma colonial.

O edifício da Sé primacial do Brasil, o maior da colônia durante mais de três séculos, o Palácio do Arcebispo e o enorme complexo arquitetônico do Colégio dos Jesuítas dominavam não somente sobre o conjunto urbano pela sua imponência, mas constituíam referências simbólicas fundamentais para a população da Salvador colonial, tendo em vista o rol das instituições que acolhiam. Eles complementavam, nesse setor da cidade, o conjunto espacial que sediava o governo local e a representação régia e de onde partiam as decisões políticas e administrativas da colônia.

Com este panorama, pode se pensar que, em princípio, essa faixa construtiva, imbuída de alto conteúdo simbólico, devia valorizar os terrenos circundantes, em uma relação diretamente proporcional à distância com esse eixo de poder. Isto quer dizer que os habitantes da cidade de Salvador com moradias nas vizinhanças desse setor deviam ter uma posição econômica abastada que



5. Igreja da Sé. Bacia de confeitadeira ou fruteira, encontrada no adro.



6. Igreja da Sé. Buzios para o jogo do Ifá, encontrados no adro.



7. Igreja da Sé. Conchas com furos para formação de colar, encontradas no adro da Igreja da Sé.



8. Igreja da Sé. contas esféricas, de vidro, encontradas no adro, como acompanhamento funerário.



9. Igreja da Sé. enterramentos do adro.



10. Igreja da Sé. escavação dos esqueletos na área do adro.



11. Igreja da Sé. Escavação no setor NO do interior do templo.



12. Igreja da Sé. Prato de faiança, com nome do proprietário.

lhes permitisse adquirir terrenos nessa área e, conseqüentemente, uma posição social de prestígio. Neste sentido, a localização de algumas construções do século XVII, ainda hoje identificáveis, como o solar da família de Gregório de Mattos e Guerra, por exemplo, situada no cruzeiro de São Francisco, contribuem para defender esta hipótese.

Com o exposto, pode se explicar parte dos achados encontrados durante as escavações empreendidas na área da Igreja da Sé e do Colégio dos Jesuítas. A rigor, o setor das escavações pode ser considerado como um verdadeiro microcosmo emblemático do que a situação colonial podia apresentar de particular. Nele podem ser detectados diversos aspectos sócio-históricos da cidade de Salvador da Bahia, durante o século XVII e dão provas do papel fundamental que ocupava nas relações internacionais em que estava inserido Portugal e suas colônias.

Em todo o período colonial, a área da Igreja da Sé de Salvador era um setor da cidade de grande relevância social. A área compreendia os edifícios do templo e do Palácio do Arcebispo, começado a construir no início do século XVIII. Nela tinha residência e exercia suas funções o arcebispo do território colonial e, naturalmente, foi nesse conjunto de edifícios que se colocou todo o peso emblemático da autoridade espiritual que a Igreja Católica exercia sobre todos os moradores. O arcebispo de Salvador, cargo máximo na hierarquia religiosa, presidia ali as missas especiais, monitorando o calendário litúrgico, celebrava os ritos de missas, preparava os lutos oficiais com réquiem canônicos, re-atualizando, com isto as alianças com os representantes do poder temporal (civis e militares).

A posição de contigüidade entre o edifício do templo e o do palácio arquiépiscopal (que além de residência do arcebispo era o centro da administração eclesiástica) apontava para a indissociabilidade de ambos. Uma conexão aérea, tipo ponte fechada, entre um e outro prédio permitia ir e vir sem ser visto da rua, reforçando a hierarquia e poder dessa composição construtiva. Na mesma condição física (mas não em igual poder simbólico) se mantém até o século XX.

Efetivamente, o ano de 1933 marca a ruptura dessa situação². A supremacia e o esplendor desse conjunto construtivo, composto pela Sé e o Palácio do Arcebispo, se pulveriza com a demolição da igreja, que já vinha perdendo suas atribuições em favor de um templo próximo que, até 1759, fora dos padres da Companhia de Jesus. Assim se inicia um processo lento, mas crescente, de perda de prestígio, especialmente

2. A demolição da Sé, motivada por questões urbanísticas e econômicas, provocou inúmeros protestos de grande parte da população da cidade (Rocha, 1976). Paradoxalmente, a iminência da demolição provocou um re-avivamento do templo como referência histórica.

do edifício religioso. Neste sentido, cabe lembrar que a própria Igreja Católica, como instituição, entra em declínio, perdendo, paulatinamente, sua influência sobre os habitantes de uma Salvador aberta a novas religiões, a ideologias científicas e, portanto, mais materialistas, a conseqüente liberalização dos costumes, e, enfim, a uma irreversível secularização da sociedade soteropolitana.

Para completar esta dissociação, no momento da demolição do templo e como parte das negociações de indenização da Cúria por parte da empresa de transporte coletivo interessada no espaço da Sé, inclui-se a mudança de residência do arcebispo, que terá novo endereço, no distante bairro da Vitória. Desta forma, o palácio arcebispal fica habilitado somente para meros aspectos burocráticos de ordem religiosa. Isto quer dizer que o arcebispo, autoridade máxima eclesiástica, já não cumprirá mais funções litúrgicas nem estará habitando esse ponto da cidade de Salvador. Retiram-se, assim, definitivamente, todas as prerrogativas e atributos simbólicos do poder que em um momento o conjunto espacial deteve. O enorme vazio criado com a demolição do templo é assaz sintomático do desaparecimento da sua força poderosa, como espaço institucional, epicentro normativo e referencial que fora da sociedade colonial.

O complexo arquitetônico da Companhia de Jesus fechava, ao norte, o eixo de poder a que se fez referência anteriormente. Este conjunto compreendia além do Pátio dos Estudos Gerais, a Igreja do Salvador, o setor de seminário e de habitação dos padres, capela interior, oficinas, hortas, biblioteca, entre outros espaços, foi transformado do seu partido quinhentista, no transcurso do século XVII. Vale dizer que a transformação foi acompanhando o processo de consolidação, expansão da influência, apogeu e, finalmente, a brusca eliminação desta ordem religiosa. Fragmentos de alicerces encontrados durante as escavações arqueológicas demonstram, claramente, as modificações edilícias pelas que passou essa área³.

O prédio do Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas, especificamente, entra em colapso e desaparece muito tempo antes que a igreja da Sé e a área em que ele estava instalado foi transformada e aproveitada com outras funções. Como o próprio nome o indica, esse setor do colégio jesuítico estava destinado ao ensino fundamental dos jovens moradores da cidade, isto é, ao desenvolvimento de uma das atividades em que mais se destacou essa ordem: a educação. Com a expulsão definitiva dos padres da Companhia de Jesus, entre 1759 e 1760, essa ala do complexo jesuítico cai

3. Os alicerces da primitiva igreja jesuítica, por exemplo, foram localizados com posicionamento diverso ao atual templo que foi erigido em meados do século XVII.



13. Igreja da Sé. Púcarinhos, encontrados no adro.



14. Igreja da Sé. Taça de cerâmica vermelha de paredes finas.



15. Mapa da Bahia com localização da cidade de Salvador e seu Recôncavo (Bahia de todos os Santos).

em desuso, passa por um processo de franco deterioro e os restos do edifício acabam se incendiando. Nessa área se constroem, nos primeiros anos do oitocentos, dois quarteirões de moradias que permaneceram até as primeiras décadas do século XX⁴.

4. Os dois quarteirões de moradias oitocentistas foram demolidos no mesmo período que a Igreja da Sé, criando-se assim, nesse setor da cidade, um grande espaço, que desde então é denominado Praça da Sé. Durante o programa de escavações foi possível reconhecer parte dessas unidades residenciais.

BREVES INFORMAÇÕES SOBRE AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA PRAÇA DA SÉ

As intervenções arqueológicas objetivavam, inicialmente, a identificação de alicerces dos edifícios coloniais, utilizando-se como guia as informações documentais escritas e iconográficas dos séculos XVII, XVIII e XIX e também de plantas das primeiras décadas do século XX. Com esses dados históricos e as edificações



16. Patio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas. Area de concentração de descarte doméstico.



17. Patio dos Estudos Gerais. Prato de faiança malagueira (perfil).



18. Patio dos Estudos Gerais. Prato de faiança, com motivos de aranhões e embarcação de inspiração chinesa.

remanescentes (Santa Casa da Misericórdia, Palácio do Arcebispo e antiga Igreja dos Jesuítas, hoje catedral metropolitana), assim como os arruamentos, pode-se programar a rede de prospecções arqueológicas, que permitiram a evidenciação das fundações da igreja (perímetro e divisões internas de nave e capelas), de algumas partes do Pátio dos Estudos Gerais e de outras construções que foram sucedendo-se no tempo. Imediatamente iniciada as intervenções, tornou-se imperativo ampliar as escavações sistemáticas para incorporar o adro da igreja, no qual foram aparecendo restos de materiais de descarte da cidade de Salvador, no período colonial, além dos enterramentos de indivíduos dos grupos menos favorecidos.

Isto quer dizer que, em linhas gerais, identificaram-se dois tipos de vestígios. Por um lado, os remanescentes construtivos (fundações) dos edifícios da Igreja da Sé e do Pátio, e por outro, os restos esqueléticos e o enorme universo de fragmentos de objetos, que fazem referência ao cotidiano da cidade de Salvador, especialmente entre o final do século XVI e as duas primeiras décadas do século XVIII (cerâmicas vermelhas, faianças portuguesas, porcelanas chinesas), materiais construtivos, elementos de uso pessoal (adornos corporais, cachimbos), restos de alimentação, etc. Deste fato se deduz que o adro da igreja constituiu um verdadeiro tesouro em termos de informações sócio-históricas, que demonstra, claramente, como a cidade se vinculava com outras áreas do mundo lusitano e o papel que cumpria nas relações econômicas que envolvia necessariamente Portugal.

Com relação aos conjuntos de materiais de descarte deve ser ressaltada a deposição diferenciada entre o adro da Sé e o Pátio dos Estudos Gerais. No primeiro caso, os restos de objetos domésticos ou ainda de materiais construtivos, eram jogados de forma aleatória por moradores da cidade, na parte anterior da Igreja, que limitava com a ribanceira⁵. Esta atitude pode ter sido ensejada pela necessidade de melhorar as estruturas de contenção da encosta, criando aterros de descarte, atuando como recheios, ou então, pela necessidade natural dos habitantes da cidade de se desembaraçar dos objetos quebrados no âmbito doméstico.

Para fortalecer esta hipótese pode ser apresentada documentação histórica. Nos livros de vereações da Câmara da cidade de Salvador, existem determinações que punem severamente com multas a quem despejar lixo no largo da Sé (ou seja, no adro). Como a medida

5. A entrada da Igreja da Sé estava orientada para o lado da Bahia de Todos os Santos e muito próximo da falésia que separa a Cidade Alta da Cidade Baixa. Sua posição exigiu em diversos momentos intervenções que aligeirassem as estruturas arquitetônicas de modo a não sofrer desabamento, como a retirada das torres e os elementos decorativos da fachada.

da Câmara foi reeditada várias vezes ao longo do século XVII, conforme as atas de vereação, cabe pensar que a reincidência era grande, o que coincide com o volume de materiais arqueológicos encontrados. Esta forma de descarte permitiu que as precipitações abundantes durante o inverno dispersassem e misturassem os materiais das diferentes deposições. Desta forma é extremamente difícil encontrar fragmentos próximos que possam ser conectados para remontagem.

Já os materiais encontrados no Pátio dos Estudos Gerais apresentaram outra disposição. Como existia neste setor do Colégio uma grande área aberta, provavelmente usada como pomar, os padres da Companhia de Jesus a utilizaram para efetuar pelo menos parte do descarte de objetos quebrados e de restos alimentares. Utilizaram maneiras de depositar lixo, todas as três praticando buracos no solo. A primeira delas consistia na abertura de poços cilíndricos que era preenchidos e depois lacrados. A segunda era escavando depressões grandes ou aproveitando as existentes, colocando nelas os restos até nivelar com o restante do solo. A terceira maneira de descarte era efetuando pequenos buracos próximos aos alicerces que também eram preenchidos até a superfície do chão. Em quaisquer desses três casos os objetos quebrados e descartados ficaram no mesmo lugar, sem possibilidades de migrarem por processos pós-deposicionais. Por esta razão, hoje é possível remontar boa parte das peças e conhecer os tipos de objetos que eram utilizados pelos religiosos da Companhia de Jesus.

OS RESTOS CERÂMICOS E AS INFERÊNCIAS SÓCIO-HISTÓRICAS

Dentre os vestígios arqueológicos encontrados em toda a área de escavação os que mais sobressaem em termos de quantidade e variedade são os cerâmicos. Eles podem ser classificados, pela sua função, em materiais construtivos e utensílios para manipulação de alimentos ou medicamentos. Por sua vez, essas duas macro categorias englobam elementos diversos pela sua função, matéria-prima e morfologia.

Muitos materiais construtivos do período compreendido entre os séculos XVI e XVIII eram confeccionados na Bahia, com técnicas portuguesas, enquanto que alguns eram diretamente importados das olarias da metrópole. No primeiro caso entram os tijolos, as lajotas e as telhas. Documentos históricos apontam que desde os primeiros momentos da construção da cidade houve oleiros que puderam satisfazer as necessidades de tijolos e telhas para a construção de edifícios⁶. A datação

6. Deve ser considerado que apenas dois anos após a fundação da cidade as construções iniciais, de barro e palha, começam a ser substituídas pelas de pedra, tijolos e cal.

por TL de uma telha encontrada durante as escavações remete a uma data próxima à fundação da cidade, o que é mais um indicador do início prematuro deste tipo de produção.

Com relação à produção local de material construtivo cabe ressaltar um tipo especial de tijolo, encontrado unicamente em construções jesuítas. São grandes blocos paralelepípedos retangulares, com núcleos escuros por queima incompleta, utilizados para dar maior resistência às paredes, quando não eram desejados os blocos de pedras. Os espaços remanescentes do Colégio dos Jesuítas de Salvador, no subsolo da antiga Faculdade de Medicina, e no sítio da missão de Santa Inês, em Camamu, no litoral sul da Bahia, são dois exemplos do emprego destes materiais.

A cal das argamassas, por sua vez, era produzida com o carbonato de cálcio obtido pela queima das conchas



19. Pátio dos Estudos Gerais. Prato de fiança malagueira, com ônfalo (vista inferior).



20. Pátio dos Estudos Gerais. Tigela com figura feminina mitológica.

de moluscos, retiradas dos sítios arqueológicos pré-coloniais denominados sambaquis⁷, encontrados nas proximidades da cidade. Neste sentido, vale lembrar o registro dos cronistas religiosos, dos finais do século XVI e início do XVII, como o jesuíta Fernão Cardim e o franciscano Frei Vicente de Salvador, que apontam o uso desses acúmulos conchíferos para a produção de cal na construção dos maiores edifícios da cidade, entre eles os da Igreja da Sé e do Colégio dos Jesuítas, aqui tratados (Cardim, 1980 e Salvador, 1982).

No que se refere a materiais construtivos importados de Portugal, estes se limitam aos azulejos, muito utilizados para revestimentos de interiores especialmente de igrejas e conventos, como acontece nas capelas laterais da antiga Igreja dos Jesuítas. Um grande número de fragmentos encontrados nas escavações pode ser incluído no período compreendido entre século XVII e início do XVIII. Os tipos denominados maçarocas, de cores azul e amarelo, sobre fundo branco, são os mais freqüentes, o que pode estar indicando uma maior popularidade desse motivo sobre outros.

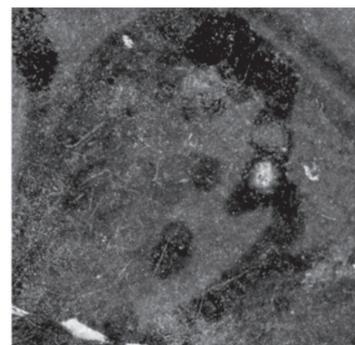
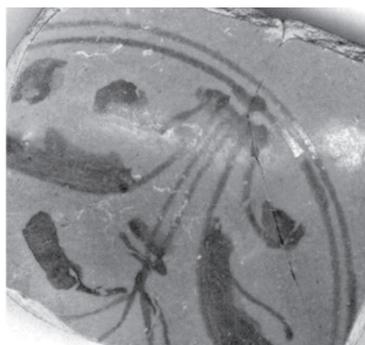
Não há até o presente indicador documental que permitam pensar que algum tipo de azulejo tenha sido confeccionado no Brasil, em período colonial. Não obstante o gosto por este material de revestimento de paredes se instala com bastante força na colônia, principalmente no âmbito religioso, mas alcança também as residências de famílias importantes. Efetivamente, existe hoje pelo menos um exemplo desta utilização no Solar do Berquó, no bairro da Barroquinha, cujos cômodos e corredores do andar nobre estão totalmente revestidos com azulejos com motivos florais em azul e branco, do final do século XVII. Desta forma, caberia pensar que as oficinas portuguesas produziam azulejos por encomenda das famílias mais abastadas de Salvador, que desta forma seguiam os gostos da metrópole e podiam afirmar mais claramente sua posição social.

7. Os sambaquis são estruturas colinares, encontradas nas regiões litorâneas ou, então, nas margens de alguns rios, caracterizadas pelo alto acúmulo de conchas de moluscos.

A cerâmica de emprego alimentar ou para farmacopéia tem uma representatividade extraordinária em todas as suas variantes, importadas ou brasileiras: como contentores de líquidos, para transporte de produtos comestíveis (sólidos ou não), no uso de cozinha na preparação de alimentos, para o serviço de mesa, de uso medicinal e até, ainda que de forma pouco numerosa, os recipientes de cerâmica indígena dos grupos Tupi. É justamente na rubrica cerâmica que se pode observar, com maior clareza, as trocas produzidas no processo de colonização no território brasileiro. A praça da Sé é sem dúvida o espaço mais relevante enquanto concentração de materiais cerâmicos de diversas índoles e portanto um lócus amostral do que poderia estar sendo usado na cidade.

Em termos cronológicos, deve se começar pela cerâmica indígena identificada com os grupos Tupi. À chegada dos portugueses no território que constitui hoje o Brasil vários grupos do Tronco lingüístico Tupi senhoreavam na faixa litorânea, de norte a sul. Destacam-se dentre eles os Tupinambá e os Tupiniquim com quem os portugueses tiveram intenso contato. Nos primeiros momentos da conquista e colonização, especificamente na Bahia, as relações, em princípio foram pacíficas. Mas na década de 70 do século XVI houve uma campanha militar organizada pelo Governador da Bahia, Mem de Sá, para exterminar os grupos Tupi dos territórios próximos da cidade, incluindo o Recôncavo da Bahia de Todos os Santos.

A documentação histórica prova que havia aldeias indígenas nas cercanias da cidade, a mais próxima situada onde hoje fica o Bairro Santo Antônio Além do Carmo, há menos de meia légua de distância. Os padres inacianos a transformaram em missão e dessa forma pode-se ter a certeza que os contatos eram assíduos e as probabilidades de trocas de objetos são altas. Os fragmentos são associados inquestionavelmente aos grupos Tupi, posto que se trata de recipientes denominados assadores. Eles serviam para o processamento da mandioca brava, ou seja, aquele tubérculo que deve ser queimado, uma vez que tenha sido



21. Igreja da Sé. Faiança Ligure, encontrada no adro.

ralado, exprimido e transformado em pasta. A queima é necessária para eliminar os elementos tóxicos ao organismo humano. Os grupos Tupi eram reconhecidamente mandiogueiros, ou seja que o consumo dessa raiz era essencial a sua dieta alimentar.

Os assadores são apropriados para essa função essencial na preparação da mandioca. Queimados em fogueiras a céu aberto, eles têm forma aproximadamente retangular, são baixos e largos, com base achatada e uma borda bastante reforçada. O interior do recipiente, aquele sobre o qual se queimava a pasta de mandioca e se preparava o beijo, era pintado com motivos complexos, que cobriam toda a superfície interna, com traços muito finos, em cor preta e detalhes em vermelhos, sobre um fundo creme esbranquiçado. A delicadeza do traço permite entender que houve um cuidado muito especial na preparação das pinturas, mesmo se sabendo que desapareceriam com o uso. Como os fragmentos encontrados possuem todas essas características, não restam dúvidas que a origem deles é Tupi.

Muito outros fragmentos cerâmicos, sem decoração, mas com claros traços de fabricação com tecnologia indígena, foram também encontrados, tanto na área da Sé como na do Pátio dos Estudos Gerais⁸. Com relação a eles a atribuição étnica não pode ser precisada, já que as características são muito genéricas e podem ter pertencido a grupos indígenas vários. Ademais recipientes com esse tipo de tecnologia foram fabricados durante muito tempo por pessoas não necessariamente indígenas⁹.

A quantidade de vestígios, correspondentes a panelas e travessas fundas, prova que esses objetos eram usados correntemente, talvez em paralelo com os recipientes de tecnologia portuguesa. Neste sentido, a documentação encontrada nos livros de Posturas da Câmara da cidade de Salvador, para final do século XVII, demonstra que eles eram comercializados e considerados no tabelamento de preços. Por sinal, o documento com a especificação de "louça" tabela seu preço, separadamente da louça vermelha e da vidrada, e a denomina "*louça Cabocola*", isto é Cabocla, conforme a nomenclatura atual¹⁰. Com a utilização deste termo fica evidente que se tratava de uma cerâmica já reconhecida genericamente como de feição indígena, ainda que não fosse atribuída a um grupo étnico específico.

Com a chegada dos colonizadores são introduzidos não somente os artefatos, mas a própria tecnologia de produção. Pouco tempo após a fundação da cidade de

Salvador da Bahia começam a funcionar as olarias locais, seguindo os procedimentos portugueses. Algumas áreas do Recôncavo da Bahia, com barros excelentes para a cerâmica, se especializaram na produção de louças, como a localidade de Jaguaripe, no sul da Bahia de Todos os Santos, ou a de Maragogipinho, esta última ainda hoje em atividade com modos de produção e de comercialização que aludem fortemente ao período colonial.

Em linhas gerais pode ser observado que as áreas escavadas apresentam uma excelente amostragem dos artefatos cerâmicos que eram utilizados nas residências e instituições da cidade, entre final do século XVII e início do XVIII. A funcionalidade das peças parece ter estado diretamente vinculada à natureza dos materiais. Assim, pode se estabelecer uma divisão marcante entre os objetos que serviam para a conservação e preparação de alimentos e os que correspondentes ao serviço de mesa.

Entre os primeiros devem ser destacados os recipientes para conservação de líquidos, especialmente a água, essencial para o consumo. O alto número de fragmentos de cântaros, potes, talhas e porões é um bom indicador sobre a necessidade constante de conservação de água no contexto doméstico, para o consumo. Os fragmentos de recipientes permitem reconhecer que, aproximadamente na sua maioria, eles poderiam medir entre 40 e 60 cm de altura, tinham alças laterais verticais e boca reforçada acompanhada de uma linha decorativa ondulada. Muitas delas apresentam na sua superfície externa engobo vermelho, nem sempre brunido. Outras, apenas o alisamento convencional. Devido à fragmentação não é possível perceber a regularidade das formas e na conseqüente capacidade de conter líquidos.

Sobre esta questão, uma informação documental ausente chama a atenção. Poderia se esperar que a capacidade de cada recipiente devia ser controlada pelo governo da Bahia, da mesma forma em que se fazia na metrópole, considerando que o conteúdo líquido dependia da exata confecção do vasilhame, conforme as medidas oficiais. Porém, nas disposições da Câmara de Salvador da Bahia destinadas a regulamentar os chamados "ofícios mecânicos" não foram encontradas quaisquer informações, acerca desse controle na produção cerâmica, como tampouco aparece a categoria do oleiro dentro desses profissionais.

Outro tipo de cerâmica de uso doméstico bem representado é a vidrada. Correspondem a fragmentos e, alguns recipientes quase inteiros, de panelas, frigideiras e caçarolas, além de bacias de diferentes tamanhos. Cabe ressaltar que em um setor do adro, próximo à Santa Casa da Misericórdia, havia uma concentração bem definida, daquilo que poderíamos considerar como a

8. Foram executados com técnica de roletes, com tratamento de superfície de alisado e queimados em fogueiras a céu aberto.

9. Ainda hoje existem na Bahia comunidades ceramistas que produzem recipientes com este tipo de tecnologia.

10. Posturas da Câmara de Salvador, documento 119.2, ano 1696. Arquivo da Fundação Gregório de Matos.

área de descarte mais antiga. Os materiais constitutivos permitem pensar que este bolsão, pode estar situado cronologicamente em finais do século XVI. Formando parte dos materiais desse conjunto, foram achados objetos em bom grau de integridade ou os fragmentos que permitiam remontagem. Isto quer dizer que não houve alterações significativas pós-deposicionais.

A este micro universo pertencem duas frigideiras vidradas, que têm como elemento distintivo as asas triangulares horizontais, aderidas à borda dos recipientes, como as encontradas nesse período em Portugal. O fato de terem sido achadas junto a outros fragmentos de recipientes de cerâmica vermelha de paredes finas e outros com decoração pedrada pode estar indicando um depósito com objetos de origem de uma única residência, que possuía materiais importados.

Na grande maioria dos fragmentos vidrados foi empregado o óxido de chumbo para provocar a película vítrea, visto que apresentam uma coloração amarelada transparente¹¹. O vidrado foi aplicado unicamente na superfície interna, ou seja, com clara intenção de facilitar a limpeza das gorduras dos alimentos que eram preparados. Unicamente nos casos em que o vidrado provinha do óxido de cobre, de forte cor esverdeada, observou-se que a aplicação podia ser tanto na superfície interna como na externa, demonstrando não ter sido usada na preparação de alimentos no fogo, o que talvez possa indicar um interesse decorativo.

Para completar a lista de objetos vidrados devem ser consideradas as botijas ou peroleiras, que serviam ao transporte e conservação de azeite. As aqui encontradas, em fragmentos ou inteiras, pertencem ao tipo sevilhano, com vidrado exclusivamente na superfície interna. Nelas podiam ser transportados óleos, especialmente de oliva, fundamental na culinária de origem portuguesa. Mas cabe a possibilidade de terem sido usadas também como contentores de azeitonas, se consideramos o exemplo das botijas lacradas, descobertas em Recife, Pernambuco, durante as escavações da área do Paço da Alfândega (Nascimento et alii, 2003). Os restos de utensílios cerâmicos de serviço de mesa apontam para uma procedência preponderantemente portuguesa, vinculados à produção de cerâmica vermelha de paredes finas e às faianças. Em menor proporção, outras peças com a mesma funcionalidade têm indiscutivelmente origem diversa, como as faianças lígures, as porcelanas chinesas e algumas poucas faianças espanholas.

No que se refere aos artefatos portugueses, as faianças são, sem sombra de dúvidas, os mais abundantes.

11. O óxido de chumbo é ainda hoje utilizado nas olarias de Maragogipinho para pratos largos e bacias, aplicando-se manualmente sob a forma de solução espessa.

Os fragmentos são prova da popularidade deste tipo de material na colônia. Está representada uma boa gama de tipos e motivos decorativos, a começar pela simples "malagueira". De fato, nos locais específicos em que é possível reconhecer que se trata de concentrações datáveis entre final de século XVI e início do XVII há pratos malagueiras, com o formato típico da primeira produção, isto é sem base em forma de anel e com presença de ônfalo. O outro prato com posicionamento cronológico de final do século XVI ou início do XVII foi encontrado em um poço cilíndrico, em área jesuítica, por cima do qual passava um dos alicerces do edifício do Pátio, construído no século XVII.

Além destes pratos, existem recipientes pequenos com formato de discos ligeiramente côncavos e com banho de estanho unicamente na parte superior. Não pode se tratar de pratos para pôr alimentos pelo seu reduzido tamanho, podendo ser levantada a hipótese de serem peças para preparação de medicamentos (como medidores de porções ou como base para trituração de substâncias), se se pensa na proximidade da Santa Casa de Misericórdia, que incluía uma botica para preparar os remédios e a possibilidade de descarte em espaço imediato.

As faianças portuguesas decoradas em azul são muito abundantes e abarcam a quase totalidade de motivos encontrados em Portugal. Não foi possível confirmar, até o momento, os centros de olarias de origem, por falta de documentação portuária para esse período. Exames macroscópicos apontam, em muitos casos, a proveniência da área de Lisboa, enquanto, em outros, a de Coimbra. Através da documentação que pesquisou no Cabido do Porto, referentes ao pagamento de taxas, o historiador Manuel Leão, elaborou uma lista em que aparecem envios de "louça branca" para o Brasil, sem especificação da cidade, no ano de 1681 (Leão, M. s/d). Portanto, se deve considerar como possível área de origem também a Vila Nova de Gaia, com seu escoamento na cidade do Porto aonde eram taxados os produtos antes de serem embarcados.

Os fragmentos de faiança apontam para formas de objetos que compunham o serviço de mesa. Pratos e tigelas e escudelas em primeiro lugar, no importando os motivos e os períodos a que se refram. Sem dúvida isso pode estar refletindo a preferência deste material para esse tipo de peças, seja na Bahia, como em Portugal. Mas, os grandes pratos de possível uso decorativo, muito usados em Portugal, não parecem ter estado muito presentes na colônia. Seguem-se as escudelas, tigelas e as sopeiras e, depois, os jarrinhos para vinho e água. Os canudos ou albarellos usados na farmacopéia para conservação de produtos medicinais formam outra classe de objetos bem representados, mas associados a

contextos conventuais, com suas boticas, ou hospitais, como a Santa Casa da Misericórdia.

Com relação aos motivos decorativos, estão presentes os de influência chinesa (imitando os elementos gráficos da porcelana chinesa), três contas, rendados, aranhões, desenho miúdo, entre outros. Os pratos com nome de pessoas e os que ostentam brasões de família também tem sua representatividade, predominando nestes últimos a figura do leão rampante, símbolo de várias famílias portuguesas. A profusão de motivos em que aparece a bicromia em azul e cor marron escura ou vinoso, demonstra que a circulação desse material teria aumentado, para a segunda metade do século XVII já que uso dessa cor começa a ser aplicada nos desenhos dos motivos partir dessa data. Por razões que ainda não puderam ser explicadas a presença de material do século XVIII se limita a poucos exemplares das primeiras décadas, fato que pode ser justificado pela própria história constitutiva do sítio, mas que por a diminuição na circulação das faianças.

Exemplares de cerâmica de origem lígure têm uma forte presença no universo das faianças. Não obstante serem proporcionalmente muito inferiores às portuguesas o número é um indicador de que houve interesse por elas. São escudelas de fundo azul cinzento com decoração foliácea ou paisagística italianizante, em cor azul escuro. São denominadas de "azurro berretino" e começam a ser produzidas em finais do século XVI, sendo seu uso vigente em todo o século seguinte¹². Estas cerâmicas são importantes porque provam a circulação de mercadoria da área do Mediterrâneo até a colônia do Brasil, via Portugal. Nesse período a República de Gênova mantinha boas relações comerciais com o reino português. Neste sentido, cabe lembrar, à maneira de exemplo, os dados levantados pelo historiador Manuel Leão, no Porto, que provam a chegada de louça de Gênova na quantidade de "2 caixões", em 1688, e de "580 dúzias", em 1700, embarcadas depois com destino ao Brasil.

Pouca representatividade tem a faiança de Espanha, se se pensa que entre 1580 e 1640 existiu a união ibérica que, entre outras medidas, reduziu as barreiras alfandegárias entre Portugal e Espanha e facilitou a circulação de mercadorias. Os poucos fragmentos de faiança espanhola são policromados e parecem estar vinculados às oficinas de Talavera de La Reina, próximo a Madri, um dos grandes centros de produção de faiança, junto com Valência e Málaga, todos muito ativos nesse período.

Por sua vez, a porcelana chinesa, a única em aparecer

no contexto pesquisado, era introduzida na colônia via os comerciantes portugueses. Os pratos são a absoluta maioria de fragmentos desta natureza. Em proporção aos outros materiais cerâmicos ela é francamente minoritária. Os custos e os risco no transporte e as taxas podem ter influenciado para que este produto tenha pouca circulação na colônia. A pose de um objeto de porcelana deve ter significado para o proprietário o dispêndio de uma forte suma de dinheiro e, por isto, teriam sido as classes abastadas que estariam em condições de adquiri-las. Em compensação o capital simbólico, porquanto sinal de riqueza e poder, de quem possuísse peças de porcelana estava fortemente assegurado.

Finalmente deve ser considerada a cerâmica vermelha de paredes finas. Ela também é numericamente escassa se comparada aos de outros tipos de cerâmica. Estão marcadamente concentradas, localizadas, junto com as cerâmicas pedradas, no bolsão de maior antiguidade, mencionado mais acima, na parte do adro próxima à Santa Casa da Misericórdia. Os objetos formavam parte de objetos pequenos e frágeis, como púcaros, taças e fruteiras, que formariam parte do serviço de mesa também de famílias de grande poder aquisitivo. Por suas formas e elementos decorativos a cerâmica de paredes finas pode ser incluída no contexto estético do barroco português, no auge no século XVII. Vale lembrar, nesse sentido, os exemplares desses materiais pintados nas naturezas mortas e nos quadros de caráter religioso de Josefa de Óbidos, expoente desse movimento artístico. Este é momento histórico em que Salvador da Bahia se transforma em uma cidade de construções monumentais e quando surgem as condições econômicas suficientes para seguir os modismos metropolitanos, entre eles o uso de utensílios na mesa.

OUTROS VESTÍGIOS

Inúmeros outros vestígios encontrados durante as intervenções arqueológicas dizem ao cotidiano da Salvador colonial. Podem ser citados, por exemplos, elementos de costura, como dedais, agulhas, alfinetes e botões, correspondentes ao mundo doméstico feminino. Fragmentos de cachimbos europeus (em caolim branco), do tipo brasileiro (em argila marrom), dados de jogos pequenos em osso, fichas redondas para jogar em tabuleiros (aproveitando fragmentos de faiança portuguesa), faziam parte da sociabilidade masculina, que podia ter no adro da Sé um espaço apropriado para se desenvolver.

Dentre os enfeites corporais encontrados sobressaem algumas argolas, anéis, broches, pingentes em cobre e bronze, assim como colares de contas de vidro ou de

12. A identificação foi realizada pela ceramóloga Laura Zaccagnini, do Istituto per l'Arte e il Restauro, de Florença, em 2002.

ossos. Esses objetos podem não ter sido descartados e sim perdidos ou, muito mais provavelmente, terem formado parte do acompanhamento funerário de alguma pessoa enterrada no adro na Sé, que, como veremos mais adiante, era intensamente utilizado para os sepultamentos dos indivíduos menos privilegiados.

As medalhas religiosas e as moedas formam um acervo importante. As moedas correspondem a vários períodos históricos, com nomes dos reis portugueses que reinaram desde o século XVI, em momentos da fundação da cidade de Salvador, até o século XVIII. O achado de uma pequena moeda portuguesa do século XIV pode ser explicado pelo hábito de serem guardadas moedas antigas, fora de circulação, como portadoras de fortuna.

As medalhas religiosas com representações de Jesus Cristo, da Virgem Maria, do Espírito Santo, da Sagrada Família e de santos (como São Benedito, Santo Antônio, São Caetano, São José, entre outros), mostram o fervor religioso e o costume católico de levar dependuradas imagens sacras que serviam de proteção e ao mesmo tempo eram favorecedoras da sorte. As medalhas com o santo de devoção foram amplamente utilizadas no mundo mediterrânico, especialmente depois do concílio tridentino, quando se inicia a contra-reforma. A Companhia de Jesus foi uma das ordens que mais favoreceu a propagação do hábito de utilizar as medalhas no âmbito colonial.

SEPULTAMENTOS DA SÉ

Os restos humanos, encontrados unicamente no setor da Igreja da Sé, referem-se a deposições intencionais em âmbito católico, de modo a formar um conjunto muito particular de vestígios, em função de que eles designam comportamentos sociais vigentes na época. A começar pelo hábito de enterrar dentro das igrejas ou imediatamente fora delas, costume que perdurou na Bahia até 1836, em que foi criado o primeiro cemitério público. Neste sentido, o setor que antecede à igreja da Sé, uma espécie de adro construído através do tempo desde o século XVII, foi particularmente usado para enterrar as pessoas de baixo prestígio social e escasso ou nenhum poder aquisitivo. Antepondo-se a esta situação o interior da igreja servia de sepultura a moradores da cidade que tivessem boas condições sociais e econômicas. Eles eram enterrados na nave, nas capelas laterais, e nas proximidades do altar mor. Os mortos teriam reservado um lugar na Igreja para sua sepultura condizente com a posição social do indivíduo ou da sua família. Esta oposição entre espaço interno e externo e o uso funerário diferenciado não é exclusiva da Sé. Todas as igrejas de Salvador e de outras cidades

da colônia, tem funcionado também como locais cemiteriais. As pesquisas arqueológicas em igrejas das cidades coloniais de Porto Seguro, Trancoso e Santa Cruz de Cabrália, no Sul da Bahia, assim o confirmam. Na parte interna da igreja, a deposição dos corpos era efetuada seguindo a orientação e o posicionamento canônicos, isto é, os indivíduos eram enterrados decúbito dorsal, com os pés voltados para o altar mor, de modo que pudessem “ver” sempre as imagens sacras. Os padres e outros religiosos eram enterrados no sentido inverso aos fieis, na forma em que eles se apresentavam na missa. As crianças, consideradas “anjinhos”, teriam a mesma posição que os religiosos, por sua condição de puros. A organização dos corpos escavados, no interior da igreja, ainda onde houvesse superposição de esqueletos, revelava esta forma de deposição consagrada, com exceção de alguns restos que pareciam ter sido exumados e os ossos colocados em conjuntos, provavelmente em momentos de ampliação da igreja, no século XVII. A confirmação desta interpretação provém de um desses esqueletos, cujos ossos das pernas foram cortados para construção dos alicerces de uma parede de capela, datados em 480 +/- 60 anos AP, o que indica ser anterior às ampliações do templo, já nas primeiras décadas do seiscentos.

No outro extremo da dicotomia espacial, o adro estava reservado para as pessoas sem condições econômicas. O posicionamento dos restos ósseos mostra eloquentemente o tratamento que os corpos receberam na hora da deposição. Eles não obedeciam a uma organização reconhecível e muito menos à canônica. Estavam em posições variadas e orientados para qualquer direção. Havia sinais evidentes que muitos esqueletos foram separados e desarticulados na abertura de novas fossas para outros enterramentos, resultado do uso intenso da área para cemitério. Como exemplo de descaso de enterramento pode ser mencionado um esqueleto que se encontrava com o rosto e o ventre voltados para abaixo, provavelmente resultado do pouco cuidado que se teve na hora da retirada da rede em que era transportado o corpo. Enfim, os esqueletos do adro da Igreja da Sé mostram que quem estavam ali enterrados não eram indivíduos com recursos e, portanto, merecedores de atenção especial na deposição dos mortos. Obviamente, reproduzia-se nesse contexto funerário a mesma diferenciação social que quando o indivíduo era vivo.

Nos livros de óbitos da Igreja da Sé que puderam ser compulsados, os registros sobre os enterramentos no adro, quando esses eram especificamente declarados, demonstram que nele eram enterrados indivíduos vinculados à população escrava. Depois do nome era colocada sua condição étnica, como nagô, mina, moçambique,

etc. ou então sua posição social, escravo, filho de escravo, liberto, forro, entre outros. Nos mais de 400 nomes encontrados nos registros, somente houve um caso de um estrangeiro indigente e de dois índios, sem a sua definição étnica. Todos os outros registros aludem à indivíduos associados à população de escravos africanos ou afrodescendentes, quando o adro é apontado como local de sepultamento.

Nos enterramentos externos à igreja foi possível encontrar esqueletos acompanhados de contas de colares de vidro. Cabe ressaltar que, nas religiões de matriz africana no Brasil, os colares com determinado tipo de contas são elementos particulares, de uso individual, que servem de nexos entre os portadores e as entidades que regem as suas vidas terrenas, os orixás. Posto que toda pessoa possui um orixá protetor, o qual deve ser cultuado pelo iniciado, o colar não só manifesta esta ligação, como também ajuda a manter-la em estado ativo.

As contas de colares encontradas foram reconhecidas, por especialistas, como pertencentes aos orixás do panteão Iorubá, como Iemanjá, Ogum, Xangô, Oxalá, Iansã e Iamassê. O fato de estarem acompanhando os corpos dos indivíduos enterrados no adro da Sé, permite identificar, primeiramente, que esses esqueletos pertencem a indivíduos de diferentes grupos Iorubá.

Por outro lado, manifesta o paralelismo religioso existente entre os membros de grupos étnicos africanos, que deviam usar um espaço católico para enterrar seus mortos, ao mesmo tempo em que mantinham seus rituais funerários de encomendar o morto com o colar do "orixá de cabeça". Talvez uma forma de resistência inconsciente. Esta simples constatação ressalta as nuances existentes nas relações sociais, marcadas pela imposição ideológica e a adequação pragmática dos oprimidos.

Para finalizar, queremos destacar o rico potencial informativo do setor compreendido entre a antiga Igreja da Sé de Salvador e o Pátio dos Estudos Gerais. Por ter acompanhando as transformações produzidas no entorno físico e social, desde a fundação da cidade, essa área pode ser abordada, de fato, como um microcosmo, representativo dos mais diferentes aspectos históricos da Bahia colonial. Trata-se de um universo em que se concentram vestígios da presença européia, africana e indígena, assim como as ligações entre sociedades espacialmente distantes como as da China e do Mediterrâneo, apresentando uma organização que revela a complexidade social e a pluralidade cultural no tempo da colônia.

BIBLIOGRAFIA

CARDIN, F. (1980) – *Tratado da Terra e da Gente do Brasil*. Itatiaia/EDUSP. São Paulo.

CARNEIRO, E. (1980) – *A Cidade de Salvador*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1980.

CARVALHO, A. (2000) – O Real Colégio de Jesus da Bahia e as quatro igrejas do Salvador: um estudo de sua especialidade. *Atas do IV Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Salvador. p. 191-215.

ETCHEVARNE, C.; SOUSA, A. e PALERMO, F. (2001) – *Sítio Antiga Igreja da Sé. Relatório Final da 2.ª etapa do Plano de Intervenção Arqueológica*. Salvador, MAE/UFBA (digitado).

LEÃO, M. (S/D) – *A Cerâmica em Vila Nova de Gaia*. Fundação Padre Manuel Leão. Porto.

NASCIMENTO, A.; LUNA S. e SILVA, L. (2003) – Forte de Madre de Deus e São Pedro. *Revista Clio Série Arqueologia* n.º 16. UFPE. Recife.

PERES, F. (2000) – *Memórias da Sé*. Salvador, Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

REIS, J. (1998) – *A morte é uma festa*. Companhia das Letras. São Paulo.

SALVADOR, FREI V. (1982) – *História do Brasil*. Itatiaia/EDUSP. São Paulo.

SANTOS, M. (1933) – *A Sé Primacial do Brasil - notícias históricas*. Editora e Gráfica da Bahia. Salvador, Cia.

SIMAS, A. (1998) – *Evolução física de Salvador*. Fundação Gregório de Mattos. Salvador.

VILHENAS, L. (1969) – *A Bahia no Século XVIII*. Ed Itapoã. Salvador.

WHELING, A. e WHELING, M. (2005) – *Formação do Brasil Colonial*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro.